

Moraes ameaça, e Telegram retira texto sobre projeto de lei



Alexandre de Moraes, no Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais, em Brasília. Alajandro Zambana/500px/75E

Moraes ameaça suspensão, e Telegram tira do ar texto contra PL das Fake News

Para ministro do STF, mensagem divulgada pela plataforma é 'ilícita desinformação atentatória' contra democracia, Congresso e Judiciário

Renata Galf, Patrícia Campos Mello e Constança Rezende

SÃO PAULO E BRASÍLIA. Sob o risco de ter seu aplicativo suspenso no Brasil, o Telegram apagou por volta das 14h30 desta quarta-feira (10) uma mensagem que distorcia o PL das Fake News minutos após determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, em meio à disputa que envolve grandes empresas de tecnologia e representantes dos três Poderes.

Moraes ameaçou tirar o aplicativo do ar por 72 horas caso o serviço de mensagens não removesse texto enviado aos usuários da plataforma no dia anterior, no qual dizia que o projeto de lei 2630 daria ao governo poder de censura e que "o Brasil está prestes a aprovar uma lei que irá acabar com a liberdade de expressão".

A ofensiva do Telegram provocou reação na terça (9) de integrantes do governo Lula (PT), do Congresso e do Ministério Público. A Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) abriu nesta quarta procedimento de averiguação para saber se o Telegram violou os direitos do consumidor. O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) também deve incluir a plataforma na sua investigação sobre a atuação de empresas de tecnologia contra o PL das Fake News.

Relator do inquérito das fake news no STF, Moraes determinou que a remoção do conteúdo distorcido pelo Telegram deveria ocorrer no prazo de uma hora, a contar da intimação da defesa.

A empresa também publicou nova mensagem em um de seus canais com texto determinado pelo ministro.

Em sua decisão, Moraes disse que ficou caracterizado o uso de mecanismos ilegais e imorais por parte do Telegram e que as mensagens configurariam "flagrante e ilícita desinformação atentatória ao Congresso, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito e à Democracia Brasileira".

Para o ministro, a conduta de empresa configura, em tese, abuso de poder econômico às vésperas da votação do projeto de lei, por tentar impactar de maneira ilegal a opinião pública e o voto dos parlamentares. Além disso, segundo Moraes, estaria claro "um flagrante induzimento e ins-

tigação à manutenção de diversas condutas criminosas praticadas pelas milícias digitais investigadas pelo STF".

O ministro obrigou o Telegram a enviar mensagem aos mesmos destinatários dos textos anteriores com o seguinte:

"Por determinação do Supremo Tribunal Federal, a empresa Telegram comunicou a mensagem anterior do Telegram caracterizou flagrante e ilícita desinformação atentatória ao Congresso, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito e à Democracia Brasileira, pois, fraudulentamente, distorceu a discussão e os debates sobre a regulação dos provedores de redes sociais e de serviços de mensagem privada (PL 2630), na tentativa de induzir e instigar os usuários a coagir os parlamentares".

Junto ao texto, a empresa escreveu: "recebemos uma ordem do Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil que obriga o Telegram a remover nossa mensagem anterior sobre o PL 2630/2020 e enviar uma nova mensagem aos usuários, que está incluída abaixo".

A empresa também excluiu postagem que tinha feito em seu perfil no Twitter.

O projeto de lei teve sua votação adiada na semana passada para evitar derrota do governo Lula, que apoia a iniciativa. Dois dias depois, o ministro do STF Dias Toffoli liberou para o plenário uma ação que trata também da regulação das redes sociais. Nesta semana, a presidente da corte, Rosa Weber, pautou o caso para julgamento na próxima quarta (17).

Antes da decisão contra o Telegram, Moraes disse que as big techs são "verdadeiras corporações que se sentem acima da lei", que "acham que nenhuma jurisdição do mundo pode tutelá-las e determinar que cumpram os direitos fundamentais da Constituição". "No Brasil nós demonstramos que não há terra sem lei. As plataformas, as big techs, as mídias digitais foram enquadradas, serão penalizadas, serão responsabilizadas, porque isso é garantir a liberdade do eleitor de votar", disse Moraes, em discurso na 17ª edição do Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais.

A iniciativa do Telegram foi criticada por empresas. A Meta, que reúne Facebook, Instagram e WhatsApp, disse retirar "o uso de seu nome pelo Telegram na referida mensagem, e nega as alegações no texto".

“Por determinação do Supremo Tribunal Federal, a empresa Telegram comunicou a mensagem anterior do Telegram caracterizou flagrante e ilícita desinformação atentatória ao Congresso, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito e à Democracia Brasileira, pois, fraudulentamente, distorceu a discussão e os debates sobre a regulação dos provedores de redes sociais e de serviços de mensagem privada (PL 2630), na tentativa de induzir e instigar os usuários a coagir os parlamentares”

Por determinação do Supremo Tribunal Federal, a empresa Telegram comunicou a mensagem anterior do Telegram caracterizou flagrante e ilícita desinformação atentatória ao Congresso, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito e à Democracia Brasileira, pois, fraudulentamente, distorceu a discussão e os debates sobre a regulação dos provedores de redes sociais e de serviços de mensagem privada (PL 2630), na tentativa de induzir e instigar os usuários a coagir os parlamentares

texto que o STF obrigou o Telegram a enviar a seus usuários

Também o Google se manifestou e disse que foi citado "sem qualquer autorização".

O PC do B protocolou ação pedindo direito de resposta para a Câmara no Telegram. O partido pede ao STF que determine ao Telegram o envio de "disparo em massa aos seus usuários, com igual alcance, com mensagens ser elaborada pela Câmara, a título de reequilíbrio da paridade de armas no debate público nacional".

"O pedido que fizemos é para mandar uma resposta para aqueles que foram alcançados por uma mentira", disse o deputado Orlando Silva (PC do B-SP), relator do PL 2630.

O Cade abriu em 2 de maio procedimento preparatório de inquérito administrativo para averiguar se houve abuso por parte de Google e Meta contra o projeto de lei. O órgão pediu que ambas explicassem ações tomadas, e o Telegram deve receber o mesmo pedido.

Segundo o texto do Telegram, o PL das Fake News daria ao governo "poderes de censura sem supervisão judicial prévia". A empresa estimula os usuários a entrarem em contato com deputados.

O texto do projeto não dá ao governo o poder de determinar que conteúdos específicos devam ser removidos das redes. E traz obrigações às plataformas relativas a isso — como combater a disseminação de posts que configurem crimes contra o Estado democrático, contra a criança e o adolescente, além de racismo.

No texto enviado aos usuários, o Telegram diz que "a democracia está sob ataque no Brasil" e que a Câmara deve votar o projeto em breve, criticando a alteração do texto, que teve novos artigos incluídos.

"Veja como esse projeto de lei matará a internet moderna se for aprovado como redação atual. Caso seja aprovado, empresas como o Telegram podem ter que deixar de prestar serviços no Brasil", diz a nota.

Ainda na terça, a Folha questionou o Telegram sobre o objetivo da mensagem, para quais usuários foi enviada e quais artigos do projeto permitiam falar em "lim da liberdade de expressão". A empresa não respondeu a quem a mensagem foi enviada e disse que sua "equipe jurídica realizou análise minuciosa das alterações introduzidas ao PL" e enviou link de texto mais detalhado e que pode ser acessado pela mensagem disparada.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4